



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

Aos 5 dias do mês de abril de 2017, pelas 10:25 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição da Prof.ª Doutora Ana Sofia Rodrigues, Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência, sobre as ligações aéreas com a Madeira (requerimento do PS)

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 93/XIII/2.ª, relativa à reunião de 29 de março de 2017

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Secretário de Estado da Energia e do Secretário de Estado do Ambiente, e do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Secretário de Estado da Energia, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da REN, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Autoridade da Concorrência, sobre a análise de mercado ao preço do gás de botija

5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 29/XIII/1.ª (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão

6. Apreciação e votação do parecer relativo à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2003/59/CE, relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros, e a Diretiva 2006/126/CE relativa à carta de condução [COM(2017)47]- Relator: Deputado Bruno Dias (PCP)

7. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 199/XIII/2.<sup>a</sup> - Solicitam a conclusão das obras no troço da A26-1/Er 261-5, que liga Vila Nova de Santo André a Sines- Relator: Deputado André Silva (PAN)

8. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 162/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Recomenda ao governo que proceda à beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, 777/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) - Recomenda ao governo que considere a beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, e 782/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a recuperação do passivo de manutenção acumulado entre 2011 e 2015, através de uma intervenção nas infraestruturas rodoviárias de acesso ao concelho de Barrancos

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 543/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Suspensão do "Programa Revive" e escrutínio público obrigatório sobre os processos de concessão e 522/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a inclusão do Convento de São Francisco, em Portalegre, na lista de imóveis que integram o projeto "REVIVE"

10. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

11. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade- Relator cabe ao PS

12. Outros assuntos

---

**1.<sup>a</sup> parte**

**Audição da Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Sofia Rodrigues, Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência, sobre as ligações aéreas com a Madeira**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas à Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Sofia Rodrigues, Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência, cuja audição sobre as ligações aéreas com a Madeira enquadrou no requerimento do PS, explicando os tempos de intervenção.

A Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Sofia Rodrigues, Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência, interveio com apresentação [\*power point\*](#).

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), que apresentou o requerimento aprovado, Paulo Neves (PSD), Paulino Ascensão (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo a Senhora Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência respondido individualmente às questões colocadas.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Presidente da Comissão interveio sobre a audição da Autoridade da Concorrência.

Em segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Paulo Neves (PSD), Carlos Pereira (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), a quem a Senhora Economista-Chefe e Diretora do Gabinete de Estudos e Acompanhamento de Mercados da Autoridade da Concorrência respondeu, a final.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi objeto de [gravação vídeo](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

#### **2.<sup>a</sup> parte**

##### **1. Apreciação e votação da ata n.º 93/XIII/2.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 29 de março de 2017**

O Senhor Presidente da Comissão submeteu à votação a ata n.º 93/XIII/2.<sup>a</sup>, relativa à reunião de 29 de março de 2017, que foi aprovada por unanimidade.

**2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição do Secretário de Estado da Energia e do Secretário de Estado do Ambiente, e do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Secretário de Estado da Energia, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos, e**

**3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da REN, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos.**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) apresentou, nos seus termos e na sequência da audiência, em 28 de Março, de Delegação da Assembleia Municipal de Barcelos sobre redes de muito alta tensão, o requerimento para audição do Secretário de Estado da Energia e o requerimento para audição do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da REN, em ambos casos sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos e apresentados pelo PSD.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos e na sequência da audiência, em 28 de Março, de Delegação da Assembleia Municipal de Barcelos sobre redes de muito alta tensão, o requerimento para audição do Secretário de Estado da Energia e do Secretário de Estado do Ambiente, sobre o traçado das linhas de muito alta tensão no concelho de Barcelos, apresentado pelo BE.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) disse acompanhar os requerimentos apresentados, notando ultrapassarem as matérias da energia com as do ordenamento do território e da saúde e defendeu audições conjuntas com a Comissão do Ambiente e do Ordenamento do Território (11ª), sublinhando a vertente do ordenamento do território nestas questões.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) concordou com as audições propostas, referindo o acompanhamento feito destas questões, ponderando que a audição conjunta não esteja dependente sendo feito convite à 11ª Comissão e com eventual participação na audição da Comissão de Saúde, na parte da D.G. da Saúde.

O Senhor Presidente da Comissão deu conta das agendas difíceis entre Comissões, ponderando convidar a 11ª Comissão e a Comissão de Saúde.

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) concordou com audição conjunta, e o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) disse não ter objecção e concordou com a metodologia proposta para maior rapidez, após o que

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

o Senhor Presidente da Comissão submeteu os três requerimentos em análise à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

#### **9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 543/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Suspensão do "Programa Revive" e escrutínio público obrigatório sobre os processos de concessão e n.º 522/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a inclusão do Convento de São Francisco, em Portalegre, na lista de imóveis que integram o projeto "REVIVE"**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Jorge Campos (BE) que apresentou o Projeto de Resolução n.º 543/XIII/2.<sup>a</sup>, tendo referido que desde a sua entrada na Mesa da Assembleia da República, em novembro de 2016, tinha havido dados novos que podiam levar a uma reavaliação dos seus termos. Reiterou a preocupação do BE com as questões respeitantes à reabilitação do património, referiu que o Programa Revive tem intuítos meritórios ao tentar reabilitar património devoluto, mediante parcerias, criando nesse âmbito outro tipo de atividades, nomeadamente de hotelaria. Afirmou que o BE não tinha uma posição fechada sobre o assunto mas tinha muitas preocupações sobre a salvaguarda do património, porque se verificava em situações já conhecidas que nem sempre essas preocupações eram observadas, tendo referido os casos do Convento de São Paulo, em Elvas, e um projeto nas Caldas da Rainha, tendo defendido que a reabilitação devia ser feita com escrutínio público, com atenta observação da Direção-Geral do Património, para que nenhuma intervenção possa ser feita sem que os valores patrimoniais sejam salvaguardados, para que as populações não possam ser impedidas de ter acesso a esse património comum e porque é no diálogo entre as populações e as entidades públicas que deve ser levado a cabo esse escrutínio. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos e congratulando-se com o facto de o Forte de Peniche ter sido retirado deste Programa Revive.

De seguida, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) usou da palavra para apresentar o Projeto de Resolução n.º 522/XIII/2.<sup>a</sup> (PS). Afirmou que o PS apresentou esta iniciativa com o intuito de ver o Convento de São Francisco, em Portalegre,

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

monumento que se encontra devoluto há décadas, com enorme potencial turístico e de fruição por parte das populações, incluído no Programa Revive. Referiu que inúmeros monumentos nacionais se encontram entaipados, não contribuindo para a riqueza do país nem para a fruição das populações. Deu como exemplo o Convento de São Paulo, em Elvas, que semanas antes de ter sido objeto o anúncio do seu concurso, sofreu um incêndio, que só aconteceu porque o edifício estava devoluto. Afirmou que o que se pretende com o Programa Revive é que espaços com enorme potencial sejam colocados não só ao serviço da economia, trazendo riqueza, investimento e novos postos de trabalho, mas também à fruição das populações. Referiu que a situação evoluiu muito desde que foi anunciado o Programa Revive e atualmente o Convento de São Francisco já está incluído na lista de monumentos deste Programa, evolução que foi também ao encontro do que o BE pretende no seu projeto de resolução – mais escrutínio, mais transparência e mais lisura nos procedimentos – e há indicação de que há um maior número de interessados quanto a todos os imóveis que integram essa lista indicativa. Afirmou concordar com tudo o que foi dito pelo Deputado do BE, mas não concordava com a sugestão de se suspender o Programa para melhorar, tal como consta da parte resolução da iniciativa do BE.

Na fase de debate, usaram da palavra os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD) e Ana Mesquita (PCP).

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) afirmou que, quanto ao espírito e filosofia do Programa Revive, o PSD nada tinha contra. Referiu os casos das concessões do Forte de Elvas ou o Paço dos Henriques, em Alcáçovas, feitas no tempo do anterior Governo. Lembrou que se tratava de equipamentos muito degradados e que, com a parceria com terceiros, o património não deixa de ser do Estado, mas as pessoas acabam por poder usufruir desses equipamentos e os mesmos acabaram por ter outras utilidades. Concluiu, afirmando que a recomendação do BE de suspensão do programa não faz sentido e que, para o PSD, fazia sentido, sim, estar atento à concretização deste programa, mas, reiterou, isso era obrigação de todos os Deputados à Assembleia da República.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) afirmou que o PCP tinha uma posição publicamente conhecida sobre este programa, no sentido da exigência da suspensão dos concursos lançados ou a lançar, numa ótica de paragem da alienação de bens patrimoniais do Estado e a necessidade de um debate alargado sobre o património cultural. Afirmou que neste programa os imóveis que são património classificado são encarados como meros ativos imobiliários, em que o valor histórico que têm é avaliado apenas como uma mais-valia e um potencial de lucro privado. Referiu estar-se a falar da quebra de paradigma que decorre da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Património Cultural, que é facto de os monumentos nacionais deverem, em primeiro lugar, ser usufruídos por todas as populações, pelos cidadãos em geral. A questão que se coloca, prosseguiu, é saber quem vai ficar com acesso a este património, tendo afirmando que não era toda a população. Rejeitou o argumento de que estes monumentos estão devolutos, a degradar-se e que não há nada a fazer a não ser concessionar, tendo citado o artigo 46.º da Lei de Bases do Património Cultural, sobre obras de conservação obrigatórias. Questionou que governos cumpriram esta determinação da lei e defendeu que o que era necessário não era a alienação e a concessão mas, sim, a aprovação e implementação de um programa nacional de emergência para o património cultural. Concluiu, rejeitando os argumentos de que o Estado não tem dinheiro para fazer investimento na conservação do património, referindo que o dinheiro existe mas está a ser utilizado de formas que não servem os interesses dos cidadãos e do país.

Para encerrar o debate, o Senhor Deputado Jorge Campos (BE) afirmou que ficaram claras as posições dos diversos grupos parlamentares. Lembrou, como exemplo anterior de parceria deste tipo, o caso da Pousadas de Portugal, que, quando corria bem, era ótimo, quando corria mal, os monumentos eram devolvidos ao Estado, e que este tipo de questões deveria ser acautelada. Afirmou que, neste momento, no que respeita ao património, os serviços do Estado estão muito depauperados, havendo dificuldade em fazer um escrutínio atempado e coerente. Concluiu, reiterando que o BE não estava convencido da bondade do Programa Revive, tendo dado o exemplo do sítio na Internet deste programa, que não qualquer tinha informação e havia a obrigação de exigir saber o que se passava relativamente aos bens comuns.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Por sua vez, também para encerrar o debate, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) chamou a atenção para uma situação que se tem vindo a verificar de degradação de edifícios que são património classificado do Estado e o próprio Estado não tem conseguido salvaguardar edifícios de mais-valia histórica que existem em todo o país. Quando temos edifícios nestas circunstâncias, prosseguiu, e é possível dotá-los de uma utilidade para as comunidades locais e a economia nacional, há quem diga que não há outra utilidade possível que não seja a utilidade pública, a recuperação pela recuperação. Defende que é possível conjugar a preservação do património com a mais diversa utilidade destes edifícios. Se isso é possível acrescentando mais-valia económica para as localidades, tanto melhor, argumentou, pois quando se fala em localidades cuja dificuldade na criação de emprego é mais acentuada, mais é evidente a mais-valia deste programa. Referiu que, em muitos casos, nem o próprio Estado tinha plantas destes edifícios, e que o processo não é idêntico quanto a todos os edificadas. Concluiu defendendo mais transparência e mais lisura, mas a suspensão do programa é que não.

**8. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 162/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Recomenda ao governo que proceda à beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, 777/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) - Recomenda ao governo que considere a beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, e 782/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) - Recomenda ao Governo a recuperação do passivo de manutenção acumulado entre 2011 e 2015, através de uma intervenção nas infraestruturas rodoviárias de acesso ao concelho de Barrancos**

A Senhora Deputada Patrícia Fonseca (CDS/PP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 162/XIII/1.<sup>a</sup> (CDS/PP) – Recomenda ao governo que proceda à beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Barrancos, defendendo a melhoria das acessibilidades do Concelho de Barrancos.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) interveio no mesmo sentido, apresentando, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 777/XIII/2.<sup>a</sup> (PSD) – Recomenda ao governo que considere a beneficiação das acessibilidades rodoviárias ao concelho de

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Barrancos, e concluindo com a recomendação de melhoria da acessibilidade ao Concelho de Barrancos e das condições de segurança rodoviária.

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) felicitou as anteriores iniciativas e apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 782/XIII/2.<sup>a</sup> (PS) – Recomenda ao Governo a recuperação do passivo de manutenção acumulado entre 2011 e 2015, através de uma intervenção nas infraestruturas rodoviárias de acesso ao concelho de Barrancos, concluindo pela defesa da manutenção das acessibilidades ao Concelho de Barrancos.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) considerou os Projetos de Resolução indiscutíveis, mas meras intenções platónicas, e que melhor seria ouvir a Infraestruturas de Portugal para a questionar sobre projetos para melhorar as infraestruturas de acesso a Barrancos, duvidando se a Infraestruturas de Portugal tem meios para melhorar acessibilidades e ponderando esta audição pela Comissão.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) recordou a aprovação, em Março 2016, de Resolução proposta pelo PCP para melhorar as duas estradas nacionais 258 e 386, perguntando se terá havido alterações desde há um ano. Criticou a situação de aprovação pela AR de Resoluções sucessivas sem que nada se passe.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) reiterou a importância destas iniciativas, notando ter passado um ano de Governo sem que nada se passe, e rejeitou a crítica do PCP quanto à insistência de pontos de vista.

O Senhor Deputado Pedro do Carmo (PS) defendeu o reforço junto do Governo da necessidade de corrigir as dificuldades do Concelho de Barrancos, prejudicado pelo anterior Governo.

A Senhora Deputada Patrícia Fonseca (CDS/PP) agradeceu todos os contributos, sugerindo alteração do período referido no Projeto de Resolução do PS até 2017, explicando que o atual Governo não cumpriu prazos das promessas feitas, e recordando as limitações recebidas pelo anterior Governo para poder fazer os investimentos em causa. Concluiu com a importância da beneficiação das estradas de acesso ao Concelho de Barrancos.

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL**

**4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Autoridade da Concorrência, sobre a análise de mercado ao preço do gás de botija**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou, nos seus termos, o requerimento para audição da Autoridade da Concorrência, sobre a análise de mercado ao preço do gás de botija, que o Senhor Presidente da Comissão colocou à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

**5. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 29/XIII/1.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão**

A votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 29/XIII/1.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova os princípios e regras gerais relativas à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, teve lugar nos termos do [Relatório](#) de discussão e votação na especialidade, que faz parte integrante desta ata.

**6. Apreciação e votação do parecer relativo à Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2003/59/CE, relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros, e a Diretiva 2006/126/CE relativa à carta de condução [COM(2017)47]**

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator da Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2003/59/CE, relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afetos ao transporte de mercadorias e de passageiros, e a Diretiva 2006/126/CE relativa à carta de condução [COM(2017)47], tendo

o Senhor Presidente da Comissão felicitado o Senhor Deputado Relator pela rapidez na apresentação do projeto de Parecer, que submeteu à votação e foi aprovado por unanimidade.

#### **7. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 199/XIII/2.<sup>a</sup> - Solicitam a conclusão das obras no troço da A26-1/Er 261-5, que liga Vila Nova de Santo André a Sines**

Este ponto foi adiado para próxima reunião a pedido do Deputado Relator André Silva (PAN).

#### **10. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.<sup>a</sup> (PCP) - Defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade ferroviária no distrito de Beja**

A redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 431/XIII/1.<sup>a</sup> foi fixada sem votos contra, tendo a Comissão aceitado as sugestões apresentadas pelo Serviço competente.

#### **11. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade.**

O Senhor Presidente da Comissão informou ter dado entrada na Comissão o Projeto de Lei n.º 477/XIII/2.<sup>a</sup> (BE) - Aprova o controlo público da atividade de gestão técnica

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL**

do sistema elétrico nacional mediante a sua separação da atividade de exploração da rede nacional de eletricidade, que foi distribuído, sendo Relator o Deputado Hugo Costa (PS).

**12. Outros assuntos**

O Senhor Presidente da Comissão deu as informações seguintes:

- O GP/PSD enviou um requerimento para audição do Presidente da ERSE, sobre a cobrança, pela EDP Comercial, a Galp, a Gold Energy e a Lisboa Gás, aos clientes de gás natural, da taxa de ocupação de subsolo. O requerimento foi distribuído aos Deputados com a documentação para esta reunião;
- Baixaram no dia 31 de março, para nova apreciação, pelo prazo de 45 dias, os Projetos de Resolução n.ºs 771/XIII, 772/XIII e 773/XIII (PS), sobre energia;
- Baixou ontem, para apreciação na generalidade, o P JL 482/XIII/2.ª (PCP) – Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro, que caberá ao GP/BE relatar, tendo sido indicado, para tal, o Deputado Jorge Costa (BE).

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 abril 2017.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ACTA NÚMERO 94/XIII/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
Ana Mesquita  
António Topa  
Carlos Silva  
Jorge Campos  
Nilza de Sena  
Nuno Serra  
Patrícia Fonseca  
Pedro do Carmo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo  
Hortense Martins